



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 00201377-4

088

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

EMENTA: HABEAS CORPUS. REGULAR FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. GRAVIDADE DO DELITO. LIBERDADE PROVISÓRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

1. O decreto prisional proferido em desfavor do paciente é sucinto, entretanto, aponta satisfatoriamente a fundamentação da prisão processual.
2. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela.
3. Denegação da ordem de *Habeas corpus* pleiteada.
4. Unanimidade.

ACÓRDÃO




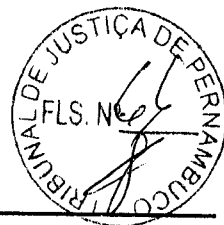
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0201377-4 onde figura como paciente **ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de habeas corpus pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

089

Recife, 15 de *de junho* de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 00201377-4

090

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

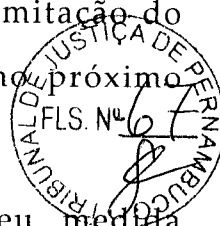
RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório impetrado pela Defensora Pública Fernanda Marques Cornélio em favor do paciente **ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR** onde se aponta como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito em exercício no mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça.

Através de consulta realizada no sistema de acompanhamento processual deste TJPE (Judwin), obteve-se a informação de que o processo movido em desfavor do paciente tramita na Primeira Vara Criminal da Comarca de Camaragibe (fl. 46). Desta forma, considerou-se como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito em exercício na precitada Comarca.

O impetrante alega que o paciente foi preso em flagrante em 27 de junho de 2009 por, supostamente, ter sido o autor de crime de assalto à mão armada cometido contra a vítima Carlos Henrique da Rocha. Aduz ainda que o paciente atende aos requisitos legais para a concessão da liberdade provisória e que o decreto prisional vergastado não teve a

devida fundamentação, tendo em vista que não apontou, através de elementos concretos, os motivos que justificam a prisão processual do paciente. Alega, por fim, que há ilegal excesso de prazo na tramitação do feito, vez que o paciente se encontra preso desde 27 de junho próximo passado sem que o feito esteja pronto para ser julgado.



Em função do alegado, o impetrante requereu medida liminar que restabelecesse a liberdade do paciente, tendo sido tal pleito indeferido por esta relatoria (fls. 41/42).

091

O Exmo. Magistrado da Primeira Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, instado a prestar informações, esclareceu que, em 05 de outubro, o paciente foi notificado para apresentar defesa preliminar e ainda não cumpriu tal ato procedimental (fl. 53/54).

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer, por entender que a decisão que determinou o cerceamento da liberdade do paciente não teve a devida fundamentação, opinou pela concessão da ordem (57/60).

É O RELATÓRIO.

Recife, 15 de agosto de 2009.


DES. GUSTAVO LIMA
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 00201377-4

092

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

VOTO

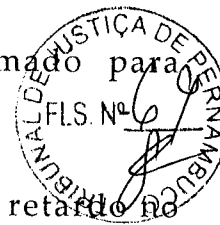
Conforme relatado, através do presente *habeas corpus liberatório*, a Defensora Pública Fernanda Marques Cornélio requer a concessão da ordem em favor do paciente **ARÃO OLINDINO DE SOUZA JÚNIOR**.

Em suma, alega o impetrante que o paciente, preso desde 27/06/2009, encontra-se submetido a constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: atende aos requisitos legais para a concessão da liberdade provisória; o decreto prisional vergastado não teve a devida fundamentação e; há ilegal excesso de prazo na tramitação do feito. Por estes motivos, argumenta que é mister a concessão da ordem.

Não merece guarida o pleito do impetrante.

O Exmo. Magistrado da Primeira Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, instado a prestar informações, esclareceu que, em 05 de outubro, o paciente foi notificado para apresentar defesa preliminar e ainda não cumpriu tal ato procedimental. Ou seja, diante da informação do Juízo *a quo*, o retardo na tramitação do feito se deu por culpa do

paciente que, regularmente intimado, não atendeu ao chamado para apresentar suas primeiras declarações.



Não se pode falar em excesso de prazo quando o retardamento no rito procedimental é culpa exclusiva da defesa. Neste Sentido: 093

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA INSTÂNCIA A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DEMORA NA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS ATRIBUÍDA À DA DEFESA. SÚMULAS 21 E 64 DO STJ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. A questão referente à ausência de fundamentação do decreto preventivo não foi objeto de discussão pelo Tribunal de origem, no julgamento do habeas corpus originário, motivo por que não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

2. Segundo pacífico magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.

3. **Encontra-se plenamente justificado o excesso de prazo na prestação jurisdicional, uma vez que atribuído à defesa do paciente, que deixou de apresentar as razões recursais no momento processual próprio, o que levou à demora no processamento do recurso, bem como pela desídia dos defensores nomeados ao réu, que, apesar de intimados pelo Juízo processante, deixaram transcorrer o prazo para o oferecimento das referidas razões.**

4. Incide, na espécie, o enunciado sumular 64/STJ: "Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

5. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (HC 99.055/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2008, DJe 20/10/2008)

No que pertine a carência de fundamentação do decreto prisional, também não merece provimento o pleito do impetrante. A decisão interlocutória ora impugnada possui o seguinte excerto:

"(...) Quanto a fundamentação do decreto prisional, Pelo que se verifica, ab initio, os requisitos para a decretação da prisão preventiva encontram-se assentes nos autos, restando demonstrados os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade. No tocante aos fundamentos para a decretação da citada custódia cautelar, verifica-se que, não obstante a ausência de antecedentes criminais nos autos, tal fato não elide

a prisão, diante da gravidade do crime praticado pelo acusado, restando demonstrada a sua periculosidade ante a grave ameaça empregada no cometimento do delito(...)"

O crime cometido pelo paciente (157, §2º, I do CP), atualmente, é um dos que mais aterroriza nosso meio social. O Exmo. Magistrado *a quo* decidiu pela segregação processual do paciente em face da gravidade do crime e da periculosidade do paciente. 094



A possibilidade de segregação processual do agente que comete delito cujo *modus operandi* é considerado grave é defendida pelos tribunais pátrios. Da mesma forma, as condições pessoais daquele que comete o ilícito, *per si*, não garantem a concessão da liberdade provisória, se existem nos autos elementos que justifiquem a prisão. Neste sentido:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE CONCRETA DOS PACIENTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE RECOMENDA A MEDIDA CONSTRITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.

1. A imposição da custódia preventiva encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade dos agentes, a indicar a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública, em se considerando, sobretudo, o *modus operandi* do delito. Precedentes.

2. *Omissis*.

3. Condições pessoais favoráveis dos agentes não são aptas a revogar a prisão preventiva, se esta encontra respaldo em outros elementos dos autos.

4. Habeas corpus parcialmente conhecido e denegado.

(HC 121.609/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 03/11/2009)

Desta forma, contrariando a opinião da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 3 de dezembro de 2009.


DES. GUSTAVO LIMA
RELATOR